

RECEBI O ORIGINAL

Em: 27 / 06 / 2024

Antônio Mário de Arruda



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 091/2024

|  |  |                         |
|--|--|-------------------------|
| <b>Empresa/Interessado: Domingos I. Tomazi Ltda.</b>   |  |                         |
| <b>Endereço p/correspondência:</b> Estrada do Aeroporto, km 2, margem esquerda, Zona de Expansão Rural, Itacoatiara-AM               |  | <b>CEP:</b>             |
| <b>CNPJ/CPF:</b> [REDACTED]-03   | <b>Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):</b>    |                         |
| <b>Fone: (91)</b> [REDACTED]   | <b>E-mail:</b>                           |                         |
| <b>Processo nº:</b> 006896/2024-73   | <b>ASV decorrente da LI Nº:</b> 049/2024 |                         |
| <b>Modalidade do Projeto no SINAFLORE:</b> Autorização de Supressão Vegetal - ASV  |  |                         |
| <b>Recibo SINAFLORE:</b> 21319490  | <b>Área a ser suprimida:</b> 9,78 ha     |                         |
| <b>Registro No IPAAM:</b> 1008.0701  | <b>Compensação Ambiental:</b> NA         |                         |
| <b>Nome do Empreendimento:</b> Domingos I. Tomazi Ltda   |  |                         |
| <b>Volumetria Autorizada (dados do Inventário Florestal)</b> 3.805,0854 st Lenha e 1.565,9323 madeira em tora (m <sup>3</sup> .)     |  |                         |
| <b>Finalidade:</b> Autorizar a supressão da vegetação para a implantação indústria madeireira.                                       |  |                         |
| <b>Potencial Poluidor/Degradador:</b> Grande   | <b>Porte:</b> Pequeno                    | <b>Validade:</b> 01 Ano |
| <b>Responsável Técnico pela Elaboração/Execução:</b> Engenheiro florestal Antônio Mário Ribeiro de Arruda (CONFEA/CREA: 230167160-7) |  |                         |
| <b>Anotação de Responsabilidade Técnica-ART:</b> AM20240440285 (Chave: D7Y0b)  |  |                         |

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO

|  |  |
|--|--|
| <b>Proprietário do Imóvel:</b> Lílian Veras Lelisardo de Souza                             |  |
| <b>CPF/CNPJ:</b> [REDACTED]-80   | <b>CAR:</b> Não se aplica  |
| <b>Área do Imóvel:</b> 12 ha   | <b>Titulação Fundiária:</b> Título Definitivo, registrado sob matrícula de nº 3.453, folha 01, livro 2, Registro no 2º Ofício da Comarca de Itacoatiara, Amazonas. |
| <b>Localização:</b> Estrada do Aeroporto, km 2, M/E, Zona Expansão Urbana, Itacoatiara-AM. |  |

**Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000):** Da área do imóvel e Supressão Vegetal:

**PS -1** - 03° 7' 4,705" -58° 27' 47,201"; **PS-2** - 03° 7' 1,745" - 58° 27' 37,650"; **PS-3** - 03° 6' 57,847" - 58° 27' 38,546"; **PS-4** - 03° 7' 7,970" - 58° 27' 35,779"; **PS-5** - 03° 7' 7,953" - 58° 27' 47,689"

Manaus-AM,

Rosa Mariette Oliveira Geissler  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente

**IMPORTANTE:**

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

www.ipaam.am.gov.br  
twitter.com/lpaamAM1  
instagram.com/@ipaamam  
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br  
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731  
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque  
Dez, CEP: 69050-030 - Manaus/AM

Instituto de Proteção  
Ambiental do Amazonas  
**IPAAM**



## RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 091/2024

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 006896/2024-73, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOR;
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12 e 12.727/2012.
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
9. Em caso de solicitação de renovação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação executada conforme Termo de Referência deste OEMA com a respectiva ART do profissional habilitado.
10. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área.
11. Esta LAU de Supressão Vegetal autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
12. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n. 25.044/05;
13. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
14. A doação de produtos da volumetria autorizada não dispensa o transporte sem o Documento de Origem Florestal – DOF.
15. Após a emissão da AUTEX e posterior declaração de corte no SINAFLOR, os créditos dos produtos ficarão disponíveis no DOF para destinação.
16. Os créditos de Reposição Florestal serão cadastrados no CPF/CNPJ do detentor da LAU, ou caso solicitado via requerimento no ato do protocolo, para terceiros indicados pelo detentor da licença.
17. Quando cabível, comprovar o cumprimento da Compensação Ambiental no prazo de 30 (trinta) dias.
18. A saída de matéria prima do empreendimento cujo transporte seja considerado econômica ou logisticamente inviável deverá ser devidamente justificada.
19. Confirmados os indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF será procedido a Suspensão e/ou Cancelamento da LAU e respectiva AUTEX.
20. O interessado deve apresentar relatório final da atividade de supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
21. Manter uma faixa de 60 metros sem supressão próximo ao igarapé na porção leste do imóvel, para fins de APP.